

24 SET 1987

amc p. 4

**Jornal de Brasília**

## Procuradoria da União já é criticada

A Procuradoria-Geral da União, cuja criação está prevista no substitutivo Bernardo Cabral, já surgirá sob os trilhos de um "trem da alegria" que beneficiará milhares de assistentes jurídicos da União, procuradores e advogados de ofício junto ao Tribunal Marítimo, procuradores da Fazenda Nacional e os procuradores ou advogados das autarquias federais. Todos esses servidores passarão a integrar, em caráter efetivo, e sem concurso, a carreira de "Procurador da União".

Esse "trem da alegria" foi detectado na relação de dispositivos considerados casuísticos que vêm sendo levantados pelas lideranças do PDT e do PT na Câmara. O procurador da República Raimundo Francisco De Bonis confirmou a suspeita desses partidos quanto ao privilégio que se pretende conferir aos futuros "procuradores da União", acrescentando que seguramente o número de beneficiários alcançará a casa dos milhares.

O número não pode ser precisado exatamente em razão da diversidade das funções daqueles que comporão a futura carreira. Ainda segundo o procurador De Bonis, "nos termos em que está o substitutivo, basta ser advogado de qualquer autarquia Federal para tornar-se procurador da União".

A nova carreira é criada através do art. 14, parágrafo 4º das "disposições transitórias". Como regra, fica definido, no artigo 146, parágrafo 2º, que os procuradores da União ingressarão nos cargos iniciais da carreira mediante concurso público de provas e títulos, sendo-lhes assegurado o mesmo regime jurídico do Ministério Público, quando em dedicação exclusiva.

O assessor jurídico da liderança do PT, Pedro Dallari, vê nesse dispositivo permanente outro comportamento — mais precisamente na parte que atribui aos procuradores da União o mesmo regime jurídico do Ministério Público. Isso, a seu ver permite que os futuros procuradores transijam na defesa dos interesses da União — como ocorre entre os integrantes do Ministério — que defendem a sociedade, e a transigência poderá ocorrer em benefício de grandes interesses privados.